

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM FÍSICA**

**PANORAMA A RESPEITO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DE FÍSICA NO CURSO A DISTÂNCIA PELA UAPI**

WILSON PACHECO SILVA

**TERESINA – PI
NOVEMBRO – 2015**

WILSON PACHECO SILVA

**PANORAMA A RESPEITO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DE FÍSICA NO CURSO A DISTÂNCIA PELA UAPI**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí como requisito à obtenção do diploma de conclusão do Curso de Licenciatura em Física.

Orientador: Prof. Msc. Abimael Lopes de Melo

**TERESINA – PI
NOVEMBRO – 2015**

WILSON PACHECO SILVA

**PANORAMA A RESPEITO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DE FÍSICA NO CURSO A DISTÂNCIA PELA UAPI**

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí como requisito à obtenção de conclusão do Curso de Licenciatura em Física.

Orientador: Prof. Msc. Abimael Lopes de Melo

Aprovada em ____/____/____

Prof.

Prof.

Prof.

**TERESINA – PI
NOVEMBRO – 2015**

DEDICATÓRIA

Agradeço primeiramente a Deus pela força espiritual para a realização desse trabalho.

Aos meus pais Aristides Francisco da Silva e Elmira Ana Pacheco da Silva, pelo eterno orgulho de nossa caminhada, pelo apoio, compreensão, ajuda, e, em especial, por todo carinho ao longo deste percurso.

Aos meus avos Inácio Antônio Pacheco (*in memorian*), Ana Laurinda do Espírito Santo Pacheco (*in memorian*), Adrião Francisco da Silva (*in memorian*) e Edwirgens Rosa da Silva (*in memorian*) que sempre acreditaram no meu sonho.

À minha namorada (noiva) que me ajudou e me deu forças para concluir o meu trabalho, muito obrigado por todo seu carinho, que Deus possa sempre abençoá-la e conservá-la essa pessoa maravilhosa.

Ao professor Abimael Lopes de Melo, pela grande ajuda e pela disposição de tempo para que eu pudesse finalizar o meu trabalho.

À professora Ceres Regina de Oliveira Paz, pela oportunidade de estar apresentando o meu trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me iluminado durante essa trajetória da minha vida, relacionada à realização deste trabalho;

Aos meus pais pela grande colaboração para a ampliação da minha formação educacional;

Aos meus colegas de estudo que ajudaram nas horas difíceis.

A esta instituição, corpo docente, direção e administração que me deram a oportunidade de crescimento intelectual e pessoal.

RESUMO

Na atualidade, o ensino da Física procura avançar a respeito da Formação de Professores, e também, em avanços tecnológicos, de maneira a proporcionar a capacitação aos profissionais que trabalham na área da educação, no campo da disciplina, buscando atender melhor aos educandos, aplicando uma proposta que tem a intencionalidade de melhorar e facilitar o ensino da disciplina de Física no curso à distância aplicado pela UAPI, formando um profissional com perfil interdisciplinar, competente e com habilidades teóricas e experimental capazes de atender às finalidades da disciplina. Nesse estudo bibliográfico buscou-se esclarecer sobre como ocorre a aplicabilidade da modalidade Ensino à Distância relacionada à disciplina de Física, mostrando a sua importância e seus avanços, destacando o papel da LDB quanto à importância da evolução tecnológica e dos incentivos proporcionados ao Piauí em relação ao ensino da modalidade à distância em seus municípios, sendo concluído que o programa tem qualidade, pois apresenta bons resultados.

Palavras chaves: Formação de professores. Educação à Distância. Ensino de Física.

ABSTRACT

At present the teaching of physics, which is one of the oldest academic disciplines studying the matter, energy, nature and interactions, seeks to advance the respect of Teacher Education, and also in technological advances in order to provide training to professional educators working in the field of education in the field of discipline, seeking to better serve students, applying a proposal that has the intention to improve and facilitate the teaching of the discipline of physics in distance learning course applied by UAPI, forming a professional profile interdisciplinary, competent and with theoretical and experimental skills able to meet the purposes of discipline. In this bibliographical study sought to clarify how does the applicability of the sport Distance Learning related to the discipline of Physics, showing its importance and its advances, highlighting the role of the LDB on the importance of technological and incentives provided to Piauí compared the teaching of distance mode in their municipalities, and concluded that the program has quality due to good results.

Keywords: Formation of teachers. Distance education. Physics Teaching.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA / REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1	Educação à Distância.....	10
2.1.1	A Evolução da Educação à Distância no Brasil	11
2.1.2	O ensino de Física direcionado para o Ensino Médio e sua aplicabilidade na modalidade à Distância.....	14
2.1.3	Metodologia do Curso de Licenciatura em Física na modalidade da Educação à Distância	19
2.2	O uso da Tecnologia em benefício da EAD via Web.....	22
2.2.1	A Comunicação no Ensino à Distância	23
2.2.2	Intervenientes Principais da Educação à Distância	25
2.2.3	Avaliação dos Alunos no Ensino à Distância	26
2.2.4	Vantagens e Desvantagens do Ensino à Distância	28
2.2.5	Universidade Aberta do Piauí	32
2.2.6	O Curso de Física à Distância da UAPI	38
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS.....	43
	ANEXOS	46

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo buscou-se uma forma mais adequada de formar profissionais na área da educação para exercerem a profissão de docente com a devida formação e capacitação, principalmente nas cidades do interior, onde o Ensino Superior, muitas vezes, é inacessível. Para levar esse ensino de forma qualificada, as instituições de ensino passaram a utilizar como principal recurso a tecnologia.

Na modalidade Ensino à Distância, professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo. “Esta modalidade de educação é efetivada através do intenso uso de tecnologias de informação e comunicação, podendo ou não apresentar momentos presenciais” (MORAN, 2009 apud ALVES, 2011, p. 84).

A partir do início do século XX a Educação à Distância tornou-se uma modalidade de ensino capaz de atender a todos os níveis, incluindo programas formais de ensino, de modo a oferecer diplomas ou certificados e programas de caráter não formais, tendo como objetivo oferecer a capacitação para a melhoria no desenvolvimento das atividades profissionais. O Edital nº 01, de 20 de dezembro de 2005, foi publicado para oferta de cursos, exclusivamente ministrados por instituições federais de ensino superior. Um ano depois, o Edital nº 1, de 20 de dezembro de 2006, abriu as inscrições para IES públicas das redes federais, estaduais e municipais. Os editais previam aos municípios a responsabilidade de manutenção dos polos de apoio presencial e por instituições públicas de ensino superior (IPES) a gestão e oferta dos cursos. (COSTA, 2012).

Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC) nos últimos anos houve movimentações no mercado que levaram especialistas a crer em uma grande expansão da modalidade no Brasil. Em janeiro de 2013, o órgão publicou a Portaria Normativa nº 1 que estabeleceu um calendário público para que instituições de Ead entrassem com pedidos de credenciamento, reconhecimento de cursos e criação de novos pólos de apoio presenciais.

Desta forma, pretende-se deixar claro que a Universidade Federal do Piauí, em consórcio com os Governos Federal, Estadual, UESPI, CEFET-PI e Municípios locais, elaborou o Projeto de criação do Centro de Educação a Distância (CEAD/UFPI). O curso inicial foi o bacharelado em Administração, de caráter experimental, para o qual foram ofertadas 500 vagas distribuídas em 08 pólos –

Teresina, Parnaíba, Picos, Floriano, Bom Jesus, Esperantina, Piripiri e São Raimundo Nonato. Através da aceitação desse projeto o Piauí passou a adotar o ensino na modalidade à distância estendendo, assim, os polos e cursos oferecidos. Segundo o próprio levantamento do CEAD/UFPI a mesma se encontra presente em 41 municípios, sendo 39 no Piauí e 02 na Bahia, e oferta 15 cursos de graduação, dentre eles se encontra o curso de Licenciatura em Física.

Nesse contexto, o presente trabalho se justifica por apresentar um estudo que permitirá conhecer melhor essa nova modalidade de ensino, assim como a formação de futuros professores de Física, bem como a qualidade do ensino que é oferecido por esses cursos, que têm como objetivo geral formá-los na área de Física para a educação básica, tornando-os profissionais para atuarem no Ensino Médio e Ensino Superior, como também na realização de pesquisas focadas nos processos de ensino-aprendizagem. Conhecer o perfil dos alunos e dos tutores do curso; verificar a metodologia de ensino utilizada no curso; identificar as principais vantagens e desvantagens do ensino à distância, são alguns dos objetivos específicos desta pesquisa.

O licenciado em Física, em atendimento às Diretrizes Nacionais Curriculares para os Cursos de Física e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, deverá ser um profissional capaz de dominar com competência técnica e científica os conhecimentos inerentes à física, desenvolver estratégias de ensino diversificadas sempre considerando os aspectos éticos, sociais, econômicos, históricos, políticos e culturais das construções humanas, e utilizar abordagens didático-pedagógicas adequadas ao ensino de Física do Ensino Médio.

Para isso, utilizou-se como metodologia uma pesquisa bibliográfica em livros, revistas e artigos que exploram o assunto, promovendo, assim, uma discussão sobre o processo de ensino-aprendizagem de Física na modalidade à distância.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA / REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Educação à Distância

A evolução tecnológica exige mudanças no que se refere à educação e ao trabalho, uma vez que o conhecimento e a informação são essenciais para a

formação, capacitação e sucesso profissional das pessoas. O crescente desenvolvimento das tecnologias proporcionou mudanças positivas para a Educação, antes essencialmente presencial em uma modalidade de ensino conhecida como EAD (Educação à Distância), ou seja, uma forma alternativa e qualificada de educação.

A presente pesquisa permitirá conhecer melhor esse processo de formação de professores de Física à Distância no Estado do Piauí, como também a Universidade Aberta do Piauí como Instituição de Ensino que oferece esta formação, além de avaliar a qualidade do ensino que é oferecido.

2.1.1 A Evolução da Educação à Distância no Brasil

Em pleno século XXI, mais de cem anos de história se passaram desde a introdução da Física nas escolas do Brasil, mas o que predomina ainda é uma prática de abordagem de ensino executada no século passado, voltada para a transmissão de informações através de aulas expositivas, utilizando metodologias voltadas para a resolução de exercícios algébricos e esquecendo-se de procurar avançar na metodologia, no conteúdo e no ensino voltado para o processo de formação dos indivíduos dentro de uma perspectiva mais histórica, social, ética, cultural, que apresente situações de acordo com o cotidiano escolar e de mundo, saindo desse ambiente centralizado por práticas de ensino através de textos periódicos relacionados ao ensino de Física, sem apresentar um elo com o ambiente escolar.

Com o Ensino à Distância houve uma divisão no modelo tradicional para ser estabelecida uma forma de ensino mais flexível, porém com possibilidades de bons resultados e oportunidades para aqueles que já desempenham alguma atividade profissional. No Brasil a Educação à Distância passou por diversas fases até chegar ao momento em que se encontra hoje. Existe, pelo menos, desde o século XV e têm ganhado cada vez mais destaque na educação, renovando-se a cada dia com o avanço das tecnologias.

Mesmo sendo antiga, essa modalidade de ensino ainda causa muitas polêmicas. Podemos perceber vários momentos de evolução da EAD, visto que a modalidade passou por quatro fases com características diferenciadas.

A primeira fase ocorreu por volta do século XVIII. Esta se caracteriza pelo uso

da correspondência. A correspondência era o meio de comunicação entre alunos e professores e era viabilizado através do uso dos correios, como afirma Andrade (2007, p.8): “a primeira delas diz respeito à correspondência, com os correios tendo atuação preponderante. Nesta época eram oferecidos cursos à distância na categoria profissionalizante”. Os investimentos em educação à distância eram voltados somente para o ensino profissionalizante.

A segunda fase ocorreu por volta da década de 20 e durou cerca de duas décadas. Esta se deu com o aparecimento do rádio. O marco inicial coube a Edgard Roquete Pinto (1884 - 1954), com a criação em 1923, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, empresa privada que tinha como objetivo a transmissão de conferências, seminários, concertos etc. (FARIAS, 1998, p.90).

Foi com o apoio da iniciativa privada que a educação à distância no Brasil se desenvolveu através do rádio. Na época não havia preocupações com a produção do material que era disposto, apenas a educação à distância era colocada a serviço do povo, faltando um planejamento para seu desenvolvimento e execução. Os programas que iam ao rádio eram destinados a estudantes que tinham perdido anos de escola. Houve no período, bastante investimento para a educação à distância, mas, apesar de tudo, todos os projetos construídos para a EAD foram fracassados pela falta de incentivo do governo. As experiências fracassadas despertaram para a construção de uma política para o desenvolvimento dessa modalidade de ensino.

Assim, segundo afirma Andrade (2007, p. 1), “a segunda fase da EAD é a do rádio, quando aparece o Projeto Minerva cujo objetivo era o de levar o antigo Projeto Madureza (Ensino Fundamental e Médio) aos estudantes que haviam perdido o tempo de escola ou queriam iniciar seus estudos”. O Projeto denominado Minerva era veiculado pelo rádio e financiado pelo Ministério da Educação (MEC).

A terceira fase é caracterizada pelo uso da televisão, com a apresentação de cursos patrocinados pela Fundação Roberto Marinho em parceria com o MEC.

Na concepção de Andrade (2007, p.9), a terceira fase é iniciada com o uso da televisão brasileira: “Projeto Telecurso 2º Grau”, com patrocínio da Rádio MEC e que durou aproximadamente duas décadas.

Com base na afirmação de Andrade (2007) pode-se perceber que nessa fase a evolução tecnológica teve o apoio de um veículo de massa, como é o caso da televisão.

A escolha da modalidade da educação a distância, como meio de dotar as

instituições educacionais de condições para atender às novas demandas por ensino e treinamento ágil, célere e qualitativamente superior, de acordo com NUNES (1994), tem por base a compreensão de que, a partir dos anos sessenta, a educação a distância começou a distinguir-se como uma modalidade não convencional de educação, capaz de atender com grande perspectiva de eficiência, eficácia e qualidade aos anseios de universalização do ensino e, também, como meio apropriado à permanente atualização dos conhecimentos gerados de forma cada mais intensa pela ciência e cultura humana.

A quarta fase caracteriza-se pelo uso da internet. Instituições do país começaram a dominar a tecnologia aliada à pedagogia, investindo cada vez mais na EAD.

De acordo com Farias (1998, p.95), é dentro desse espírito de modalidade compatível com a revolução na informação que começa a se delinear novo conceito de EAD. Logo se percebe que é preciso acompanhar o desenvolvimento tecnológico, tirar proveito dessa tecnologia para criar meios que facilitem ao aluno uma forma dele permanecer estudando e complementando sua escolaridade no intuito de melhorar o seu currículo e se tornar um profissional mais qualificado e, conseqüentemente, mais habilitado para o mercado de trabalho.

Nesta fase, a didática utilizada passou a ser capaz de desenvolver o processo de autoaprendizagem, uma característica básica desse modelo de educação.

O surgimento de novas tecnologias de informação aplicada à educação trouxeram grandes benefícios, em curto prazo, para o ensino à distância, como também para o plano administrativo de infraestrutura e operacional, a saber: redução de custos, flexibilidade, agilidade, produtividade, facilidade de controle dentre outros.

Em relação ao aspecto educacional, ou seja, ao aspecto da aprendizagem, por ser uma modalidade recente e que se expande num ritmo acelerado, muito se tem a descobrir sobre as contribuições do uso da informática em relação às maneiras convencionais de ensino.

O avanço da tecnologia fez com que os alunos desta modalidade de ensino saíssem do isolamento do estudo individual para o estudo coletivo, mesmo este sendo feito virtualmente, graças ao auxílio e eficácia das novas tecnologias: internet, videoconferência, teleconferência, bate-papos e outros.

2.1.2 O ensino de Física direcionado para o Ensino Médio e sua aplicabilidade na modalidade à Distância.

O processo de ensino-aprendizagem, ao longo dos anos, vem trazendo discussões entre professores e pesquisadores sobre as decisões a serem tomadas para o ensino de Física. As preocupações estão voltadas para a adaptação entre o estudante e o ensino que diz respeito ao significado dessa ciência e sua aplicabilidade no ensino, na modalidade à Distância.

Para Menezes (2000, p.1), o novo ensino médio, desde a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, dez. 96), é uma definição legal, mas não é ainda uma realidade efetiva. Segundo ele, percebe-se que o ensino avançou com a aplicabilidade da lei, mas ainda não atingiu o esperado, exatamente porque não conseguiu trabalhar as competências e habilidades direcionadas para a cidadania, a continuidade do aprendizado e para o trabalho, mesmo com a interferência da nova LDB Nacional.

Pode-se observar de acordo com a opinião de Menezes (2000) e com base na Lei, esse novo ensino deve ser uma etapa conclusiva da Educação Básica, cuja base nacional comum desenvolveria competências e habilidades para a cidadania, para a continuidade do aprendizado e para o trabalho, sem pretender ser profissionalizante ou simplesmente preparatória para o ensino superior. Uma parte diversificada poderá ampliar esses objetivos formativos, de acordo com características específicas regionais, locais ou mesmo da clientela de cada escola.

Outros documentos, na forma de diretrizes e de parâmetros, passaram a regulamentar e orientar esta definição legal. As diretrizes traduzem a intenção legal, em termos éticos, estéticos e políticos, ou seja, os princípios norteadores gerais, assim como estabelecem uma organização do currículo em três áreas, respectivamente, de Linguagens e Códigos, de Ciências Humanas e de Ciências da Natureza e Matemática, cada área sendo também responsável pelas tecnologias a elas associadas.

Os parâmetros, que não têm força legal, orientam o ensino das disciplinas e de sua articulação dentro de cada área dando alguns contornos do que poderá vir a ser aprendido nas escolas que oferecem esse tipo de ensino, mas é preciso ainda muitas adaptações para que o ensino alcance o seu ideal, capaz de solucionar os problemas vividos pela disciplina de Física.

A própria disciplina escolar em si, já é considerada pouco atraente para a maioria dos alunos do Ensino Regular. O desinteresse pelo estudo de Física não resulta da falta de sua aplicação no cotidiano do aluno, pois ela está presente, por exemplo, no funcionamento de aparelhos eletrônicos existentes na maioria dos lares brasileiros. O desinteresse que se reflete na má qualidade do ensino brasileiro exige, portanto, revisão das práticas pedagógicas, modernização curricular que busque fazer com que o aluno possa desenvolver sua capacidade de observação e de análise, fazendo com que haja mais consciência de reflexão.

Sabe-se que o ensino brasileiro vem mudando, se modernizando em busca de alcançar o desenvolvimento, e nesse contexto a educação passou a ser vista como um caminho, em especial no ensino de Ciências, um elemento fundamental para se alcançar o sucesso esperado como aconteceu nas grandes potências desenvolvidas.

Nesse contexto Gouveia (1992, p.72) informa que:

Para atingir o nível de desenvolvimento das grandes potências ocidentais, a educação foi considerada como alavanca do progresso. Não bastava olhar a educação como um todo, era preciso dar especial atenção ao aprendizado de Ciências. O conhecimento científico do mundo ocidental foi colocado em cheque e ao mesmo tempo, foi tido como mola mestra do desenvolvimento, pois era capaz de achar os caminhos corretos para lá chegar e também se sanar os possíveis enganos cometidos.

Portanto, observa-se que a educação é crucial para melhorar a qualidade de um povo e para o país alcançar o desenvolvimento esperado, principalmente no campo das Ciências, como é explicado por Gouveia (1992) quando o mesmo se posiciona em relação ao mundo ocidental. Esse exemplo serve como um espelho para o Brasil, assim como tem o propósito de estimular o setor da educação em busca de melhorias para outros setores que sustentam a economia de um país.

O investimento no setor da educação, direcionado para esse ensino prepara os estudantes para o ambiente Universitário com maiores competências para o trabalho, e principalmente no setor do campo da Física, considerado um campo que apresenta maiores dificuldades de adaptação dos alunos.

Sabe-se que o ensino da Física busca explicar os fenômenos e processos do mundo natural em todos os seus contextos, incluindo a tecnologia. Isso faz com que o estudo da Física seja visto como um meio importante para a evolução humana e tecnológica, assim como para a formação da cidadania crítica e profissional de cada

um.

Nesse contexto, é possível fazer-se entender através do que versa os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2009, p.21) sobre a Física:

A Física é um conhecimento que permite elaborar modelos de evolução cósmica, investigar os mistérios do mundo submicroscópico, das partículas que compõem a matéria, ao mesmo tempo que permite desenvolver novas fontes de energia e criar novos materiais, produtos e tecnologias. Incorporado à cultura e integrado como instrumento tecnológico, esse conhecimento tornou-se indispensável à formação da cidadania contemporânea. Espera-se que o ensino de Física contribua para a formação de uma cultura científica efetiva, que permita ao indivíduo a interpretação dos fatos, fenômenos e processos naturais, situando e dimensionando a interação do ser humano com a natureza como parte da própria natureza em transformação.

Por isso a Física deve ser considerada como um conhecimento que está sempre evoluindo, pois é uma área que aborda sobre o conhecimento científico, valores, transformações, além de contribuir para a cidadania com os conceitos espontâneos elaborados através de observações da natureza em que convivemos, com base no senso comum, somados aos estudos que são construídos através de pesquisas científicas. E todos esses valores vão sendo apoiados pelos instrumentos tecnológicos em busca de se alcançar, no futuro, um aluno que também possa ser visto como um cidadão.

Com base nas informações acima pode-se entender que a união dos conceitos comuns e intuitivos classificados como “física intuitiva”, junto aos conceitos de física considerados como científicos, reunidos à prática dão suporte para o conhecimento tornando-se uma ciência oficial.

Quando puderem ser postos em prática todos esses subsídios, aplicados de forma pedagógica, com o apoio dos educadores que possuem um trabalho de qualidade de acordo com a realidade, não ficando presas apenas as pré-concepções consideradas ultrapassadas, será possível desenvolver um trabalho eficiente e competente no setor educacional relacionado ao ensino de Física. Assim, pode-se entender que a escola e o ensino, sejam eles, presenciais ou não, são veículos importantes para a confirmação do avanço da Física.

No caso da Educação à Distância, modalidade de educação efetivada através do intenso uso das tecnologias de informação e comunicação, onde professores e alunos estão separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, esta também possui predicados positivos quando está buscando melhorar a condição de pessoas que

buscam a escola de uma forma mais livre por motivo de não dispor de um tempo determinado para estudar.

O seu funcionamento está dando certo, pois está sendo cada vez mais utilizada na Educação Básica, Educação Superior, em cursos abertos, dentre outros, tornando-se um marco histórico para a consolidação dessa modalidade de ensino no Brasil e no mundo, passando a ser vista como instrumento fundamental de promoção e de oportunidades para muitos indivíduos.

De acordo com Giroux e Simom (1995, p.95):

[...] as escolas são formas sociais que ampliam as capacidades humanas, afim de habilitar as pessoas a intervir na formação de suas próprias subjetividades e a serem capazes de exercer poder com vistas a transformar as condições ideológicas e materiais de dominação em práticas que promovam o fortalecimento do poder social e demonstrem as possibilidades de democracia.

Logo se percebe que a escola é capaz de representar um poder com capacidades humanas, um potencial transformador que leva as pessoas a adquirirem habilidades para a vida com ideologias e práticas capazes de transformar o aluno em cidadão, com possibilidades de melhorar a sociedade.

Historicamente a Física possui suas estruturas sólidas, pois se trata de uma ciência empírica e natural que se apoia nos dados da observação e princípios e se desenvolve em função da necessidade do homem de conhecer o mundo natural e controlar e reproduzir as forças da natureza. E no caso do ensino à distância, este pode possibilitar que muitos alunos possam avançar nas suas metas estudantis, mesmo tendo que romper o paradigma do modelo tradicional de ensino para poder atingir os níveis desejados.

Com o desenvolvimento das tecnologias a Educação foi aos poucos se transformando. Antes essencialmente presencial, mas atualmente funciona como uma modalidade de ensino à Distância, ou seja, uma forma alternativa e qualificada de educação. As pessoas costumam denominar a nova modalidade de ensino (Educação à Distância) de diversas formas, como por exemplo: “educação aberta”, “educação não presencial”, “educação com flexibilidade”, porém nenhuma dessas definições é capaz de descrever esta grande modalidade.

De acordo com o decreto 5.622/05 que regulamenta o artigo 80 da Lei nº 9.394/96 – LDB define-se a Educação à Distância como:

Uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

O conceito expresso confirma que esta modalidade de ensino possui um potencial educacional capaz de garantir a aprendizagem do aluno, mesmo que este esteja separado em tempo e espaço do seu professor. O uso de diversas ferramentas tecnológicas e educativas permite que aluno e professor estejam frente a frente, trocando conhecimentos através de uma interatividade tecnológica.

Além do mais, a LDB permite observar que há uma organização e que o tipo de ensino através de uma flexibilidade de tempo e espaço traz uma organização que possibilita, por meios de recursos didáticos e tecnológicos sistematicamente organizados, disponibilizar ao aluno o tempo necessário para ele conseguir desenvolver suas atividades de maneira menos radical, contrariando o funcionamento da escola que trabalha dentro do modelo tradicional.

Essa flexibilização de horário funciona como forma de estímulo para que os educandos voltem a estudar e possam fazer parte do processo de inclusão social, autonomia e participação, dando mais possibilidade aos jovens e adultos que por algum motivo não conseguiram continuar na escola.

Além disso, a Educação à Distância é capaz de atender um maior contingente de estudantes, sendo mais acessível que outras modalidades de ensino.

Para Alves (1998, p.13) a EAD no Brasil, com suas dimensões continentais possibilitará a democratização da educação de boa qualidade, fazendo chegar às mais distantes partes do país programas de qualidade, hoje quase sempre centrado nas grandes cidades.

Com base no contexto de Alves (1998), pode-se compreender que o Ensino à Distância consegue reduzir o problema relacionando à distância e assim como o deslocamento sem perda da qualidade do ensino, possibilitando aos alunos de comunidades distantes e carentes alcançarem meios de prosseguir nos estudos. Em um país como o Brasil, com grandes dificuldades para garantir os direitos sociais a todos os cidadãos nos mais longínquos recantos, a Educação à Distância

constitui-se num elemento importante para assegurar o direito à educação ao maior número possível de pessoas.

2.1.3 Metodologia do Curso de Licenciatura em Física na modalidade da Educação à Distância

O curso de Licenciatura em Física na modalidade a distância é organizado em módulos, com momentos presenciais no início e término de cada módulo com avaliação presencial. Cada unidade letiva é planejada coletivamente pela equipe docente do curso, articulando o programa de ensino em cada semestre curricular e entre estes. São eleitos temas integradores e atividades conjuntas (seminários, visitas, oficinas, trabalhos acadêmicos) com o objetivo de atingir essa articulação com contextualização mais ampla possível em cada módulo, como resultado direto desta articulação será construído o material para projetos integradores.

O curso exige um sistema tutorial que é uma organização institucional envolvendo professores e orientadores acadêmicos, procedimentos administrativos, tecnológicos e educacionais que no conjunto objetivam particularmente o atendimento às necessidades de ensino-aprendizagem do aluno na modalidade de EAD, tendo como referência a disponibilização de informações e recursos didático-pedagógicos que possibilitam os estudos de forma autônoma com qualidade e promovam a interação humana fundamental para o processo de aprendizagem.

O sistema tutorial tem como agentes principais os professores autores das disciplinas, os professores tutores e os orientadores acadêmicos. Estes profissionais para atuarem no curso de graduação propostos apresentarão o seguinte perfil e atribuições.

O professor autor de materiais didáticos tem que apresentar mestrado ou doutorado na área em que terá a autoria do material didático ou em outras áreas desde que possua produção significativa na área do material didático; possuir conhecimento expressivo na área referente ao conteúdo das disciplinas sob sua responsabilidade autoral; ter experiência docente e domínio na utilização das TIC. Além do conhecimento dos conteúdos específicos das disciplinas pela qual é responsável, conhecer, também, as técnicas de elaboração de materiais para a educação a distância, integrar a equipe interdisciplinar que irá elaborar os materiais didáticos, preferencialmente deverá ocupar, também, a função de professor

formador de sua disciplina. O professor autor tem como atribuições: redação dos conteúdos disciplinares na área de seu conhecimento profissional e/ou formação acadêmica; participar de reuniões para avaliação dos cursos em que seja professor autor; revisar os materiais didáticos sob sua responsabilidade, após avaliação do coordenador, tutor e alunos; acompanhar o desenvolvimento dos cursos, zelando pelo cumprimento de seus 20 objetivos; participar do processo de seleção e capacitação dos tutores; organizar, em conjunto com o professor coordenador, o processo de avaliação da aprendizagem; acompanhar as atividades desenvolvidas pelos tutores; participar da organização e veiculação das videoconferências e fóruns de debate. O professor autor poderá, também, atuar como professor tutor das disciplinas para as quais lhe foi delegada a competência de redigir os materiais didáticos ou de disciplinas que são afins com sua área de formação.

Os professores tutores têm que apresentar especialização na área do curso, experiência docente, conhecimentos na área referente aos conteúdos das disciplinas sob sua responsabilidade tutorial, disponibilidade de horários para o atendimento aos alunos e domínio na utilização das TIC. O professor tutor tem como atribuições: dar atendimento personalizado e de forma efetiva aos alunos; motivar os alunos no que tange ao processo ensino-aprendizagem; assessorar os alunos no desenvolvimento das atividades propostas nos materiais didáticos; assessorar os alunos no desenvolvimento das atividades pedagógicas por intermédio do ambiente virtual de aprendizagem; administrar o processo de avaliação durante o desenvolvimento das disciplinas sob sua responsabilidade; orientar e avaliar os trabalhos de conclusão de curso afins a sua disciplina; orientar e supervisionar as atividades teóricas e práticas da prática de ensino compatíveis com sua formação profissional e acadêmica; participar dos encontros presenciais com os alunos; participar das reuniões de avaliação do curso; participar da capacitação dos alunos no uso do ambiente virtual de aprendizagem; corrigir as atividades de avaliação e dar um feedback aos alunos; participar de videoconferências, de fóruns virtuais e chats, na tutoria virtual especificamente; exercer ou já ter exercido a atividade docente e tem conhecimentos básicos sobre o processo de ensino e aprendizagem na modalidade a distância; possuir habilidades comunicativas para, de forma eficiente, interagir com o aluno e o grupo a distância; ter conhecimento e destreza ao utilizar as TIC; demonstrar maturidade intelectual e emocional que lhe permite lidar com situações-problema, bem como perceber e tratar adequadamente diferenças,

sejam elas pessoais ou culturais; ser capaz de articular-se rapidamente com o grupo com o qual está temporariamente trabalhando, demais tutores, professores e coordenadores do curso.

Será exigido do tutor a responsabilidade de gerir o processo de ensino e aprendizagem dos seus alunos na modalidade a distância. Cada tutor irá atender até no máximo 25 alunos por turma, comprometendo-se a acompanhar diariamente o desempenho dos alunos no ambiente virtual de ensino e aprendizagem.

Caberá ao tutor oferecer assistência metodológica e pedagógica com relação aos conteúdos abordados no âmbito da disciplina, motivar diariamente a participação dos alunos, esclarecer suas dúvidas e resolver problemas de ordem pedagógica que porventura surjam no decorrer da disciplina que estiverem tutorando. São responsáveis pela avaliação do processo de aprendizagem dos alunos.

Os tutores serão selecionados por meio de processo seletivo interno para responder por uma ou mais disciplinas de sua competência. Uma vez selecionados serão contratados e deverão se submeter ao modelo de tutoria definido pela equipe pedagógica do âmbito acadêmico. Atuando junto ao professor autor, eles serão mediadores e orientadores das atividades, acompanhando o desenvolvimento de cada aluno e turma, especialmente através dos recursos e instrumentos oferecidos pelo ambiente virtual de aprendizagem, bem como por outras formas de comunicação.

Os Orientadores Acadêmicos são alunos da pós-graduação ou professores ou especialistas de áreas afins das regiões que compõem os polos envolvidos no projeto. São responsáveis pelo acompanhamento do desenvolvimento da disciplina/módulo, nas atividades de apoio tecnológico, pedagógico, administrativo e logístico, têm, no mínimo, graduação na área do curso e domínio das TIC. As atribuições do orientador acadêmico são: apoiar os professores tutores em atividades de conferência de relatórios; encaminhar questões às áreas correspondentes (técnica, pedagógica, pesquisa e atendimento); observar o bom funcionamento dos recursos utilizados; monitorar o acesso dos alunos ao ambiente virtual de aprendizagem; acompanhar o desenvolvimento do cronograma de trabalho – entrega de trabalhos; participar da capacitação sobre o uso ambiente virtual de aprendizagem; conhecer e participar das discussões (com professor e tutor) relativas à confecção e uso do material didático; detectar os principais problemas dos alunos,

diagnosticando suas causas e procurando saná-los com o apoio da Coordenação de Curso; auxiliar o aluno a superar dificuldades orientando-o individualmente e/ou coletivamente; estimular o aluno a manter seu ritmo de aprendizagem; reforçar o trabalho do aluno, dando-lhe uma visão global do estudado, situando o aprendido no conjunto das disciplinas; indicar ao aluno que não teve o desempenho mínimo na avaliação, as atividades que deverá realizar para passar ao módulo seguinte; motivar o aluno, auxiliando-o a compreender as relações do estudo com seus interesses particulares e profissionais; colocar à disposição do aluno material de consulta bibliográfica, materiais audiovisuais e outros; participar do processo de avaliação do curso; facilitar aos alunos a integração e uso dos distintos recursos postos à sua disposição; fomentar o uso da biblioteca, laboratórios e midiateca do polo de EAD; incentivar e orientar os alunos a consultar bibliografia complementar aos textos didáticos sugeridos; participar da organização e da aplicação das atividades de avaliação de desempenho que serão realizadas presencialmente no polos; contatar os tutores quando necessitarem de orientações de ordem pedagógica ou administrativo-acadêmica; manter contato com o NEAD informando sobre o desenvolvimento dos alunos, as dificuldades encontradas, a pertinência e adequação dos materiais instrucionais, das atividades de aprendizagem e do sistema de comunicação; ajudar a organizar e manter em ordem os registros acadêmicos, o patrimônio e a biblioteca do pólo; participar do processo de avaliação de desempenho dos alunos; avaliar, com base nas dificuldades dos alunos, os materiais didáticos utilizados no curso; participar do processo de avaliação do curso

2.2 O uso da Tecnologia em benefício da EAD via Web

A internet trouxe novas e criativas formas de apresentação e pesquisa de conteúdos, possibilitando assim, um novo horizonte para a educação à distância. Para Guedes (2007, p.66); a internet é como: “a rede das redes, um conjunto de redes de computadores interligadas entre si proporcionando acesso à informação através de várias maneiras de comunicação”.

Esta rede dá acesso a milhões de computadores que devem estar ligados ou interligados, conectados através deste meio. Ela pode ser utilizada em diferentes meios, podendo o aluno ficar livre para fazer suas pesquisas e interagir com a equipe a qualquer hora. Através da internet a educação à distância tem se tornado

cada vez menos individualista, pelo fato de proporcionar uma maior interação entre o grupo.

São inúmeras as vantagens desde a flexibilidade do uso e rapidez, até sua contribuição à prática da construção do conhecimento. Com o avanço da tecnologia, a educação ganhou base para o desenvolvimento e expansão.

O desenvolvimento da aprendizagem aberta e à distância está associada ao desenvolvimento de tecnologia de informação e comunicação. A tecnologia trouxe perspectiva para a educação à distância, à medida que proporciona rapidez na transmissão de informações, interação entre recursos e pessoas, flexibilidade no tempo e a quebra de barreiras espaciais.

O ensino à distância é realizado através dos recursos tecnológicos ou de informação, por conta de os alunos e professores estarem, quase sempre, distantes uns dos outros, o que exige a utilização de algum tipo de tecnologia a fim de que o contato ocorra.

De acordo com Prado e Valente (2002) as abordagens do Ensino à Distância por meio das Tecnologias da informação e da comunicação podem ser de três tipos: *broadcast*, virtualização da sala de aula presencial ou *estar junto* virtual. Na abordagem denominada *broadcast*, a tecnologia computacional utiliza a mesma forma que as tecnologias tradicionais de rádio e televisão utilizam para emitir informações.

Quando os recursos das redes são utilizados da mesma forma que a sala de aula presencial, acontece a virtualização da sala de aula, que procura transferir para o meio virtual o modelo de espaço-tempo da aula e da comunicação entre professor e alunos. O *estar junto* virtual, também denominado aprendizagem assistida por computador - AAC, explora a potencialidade interativa das TICs propiciadas pela comunicação multidimensional, que aproxima os emissores dos receptores dos cursos, permitindo criar condições de aprendizagem e colaboração.

2.2.1 A Comunicação no Ensino à Distância

A educação à distância auxiliada pelo sistema online se caracteriza pelo processo de aprendizagem em que o professor e o aprendiz estão separados temporalmente durante maior parte do curso. Mas nada impede as facilidades, pois estas são oferecidas por meio do desenvolvimento tecnológico, e isso vem

modificando as possibilidades de interação online, disponibilizando aos alunos e professores os mais diversos recursos tecnológicos que garantem uma maior interatividade entre os envolvidos.

O ensino realizado através da formação de professores no sistema online, tem levado muitos profissionais à busca de novas habilidades para adaptação das novas exigências marcadas pela sociedade da informação e pelos avanços tecnológicos que vêm influenciando a vida e determinando um novo agir social.

As práticas da educação online não ficam muito distantes da educação presencial. É possível perceber que a interatividade é um fator decisivo na formação de professores online. O trabalho que dá oportunidades de gerar uma interação leva os alunos e professores a obterem a chance de compreender o que fazem e perceber que são capazes de produzir algo coletivamente e, principalmente, aprender com o outro, debatendo, questionando, trocando experiências e aprendizagens significativas.

Primo (2003) explica que “um processo de comunicação acontece quando os sujeitos participam, compartilham e interagem entre si, o que os caracteriza como sujeitos interagentes”.

Na Educação à Distância, os processos comunicacionais são feitos basicamente em ambientes virtuais de aprendizagem por meio das ferramentas tecnológicas. Estas, ligadas a internet, são elos que ligam Orientador Acadêmico, Tutor de Polo e Aluno. No entanto, é necessário que os envolvidos conheçam todas as ferramentas tecnológicas que mediam as ações pedagógicas.

A comunicação e a relação entre Aluno-Tutor-Orientador se dará através dos fóruns de discussão, correio eletrônico, chats, quadro de avisos e em encontros presenciais. É através destes recursos que os contatos entre eles permitirão a troca de informações e conhecimentos.

O correio eletrônico permite que alunos e formadores correspondam-se. É um recurso bem acessível, no qual o aluno pode se corresponder a qualquer hora e lugar com o orientador. É indicado para enviar e receber arquivos anexados às mensagens, esclarecer dúvidas, dar sugestão etc. (GUEDES, 2007. p, 50). Recurso preferido entre os professores de ensino à distância, o correio eletrônico permite criar um meio interativo de discussão conhecido na Web como fórum.

Outro recurso muito utilizado na comunicação entre alunos e professores/tutores é o Chat, onde várias pessoas conversam ao mesmo tempo de

diferentes localidades. Segundo Guedes (2007, p.94), “o sistema de bate-papo (Chat) caracteriza-se por ser composto por Servidores de IRC e canais (salas), cada servidor de IRC comporta e gerencia vários canais”. Um exemplo de Chat muito utilizado é o MSN, que permite além da comunicação virtual em tempo real, vídeos e som.

Como recurso tecnológico, podemos citar o FTP (File Transfer Protocol), através do qual se pode mandar e receber arquivos, facilitado pelo livre acesso.

O Telnet que constitui um protocolo terminal virtual, é o meio que estabelece a conexão entre computadores. Também pode ser utilizado entre pesquisa e transferência de ficheiro.

A videoconferência é também um meio muito conhecido na educação à distância. Esta se faz através do uso visual e auditivo em tempo real, levando conhecimentos aos alunos de diferentes pontos do país. Os equipamentos utilizados na videoconferência são: câmera de vídeo, microfone, um equipamento de compressão e descompressão, controle de áudio, televisor e um controle de equipamentos com diversas funções.

2.2.2 Intervenientes Principais da Educação à Distância

Os recursos humanos principais para o funcionamento do curso na modalidade de ensino à distância são: aluno, professor conteudista, tutor, coordenador e equipe técnica.

O aluno do ensino à distância é responsável por sua própria aprendizagem, cabendo a este escolher onde e em que momento deve estudar. Para isso precisa adquirir maturidade para ir em busca de informações que possam contribuir para a construção do conhecimento e alcance dos objetivos.

O docente conteudista é o responsável pela elaboração do material didático destinado ao curso, como também, pela condução das aulas através de um canal de comunicação, conhecido como MOODLE (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment).

“No ensino à distância, os professores além de darem sua contribuição à elaboração dos conteúdos, devem apoiar - nos programas de formação e nos mais sofisticados de informação - como orientadores de aprendizagem” (ALVES, 1998, p.22).

Cabe também ao professor, avaliar os alunos a partir das informações passadas pelos professores tutores. O docente tutor acompanha o aluno passo-a-passo, somando possíveis dúvidas e avaliando-o. Para exercer sua função dentro da educação à distância o tutor precisa ter domínio dos conteúdos aplicados no curso, bem como, saber utilizar os meios tecnológicos e disposição de tempo para desempenhar todas as funções. O tutor atua como mentor dos estudantes.

Além de acompanhar o aluno, o tutor precisa motivá-lo para a busca de novos conhecimentos.

Nesse contexto, Alves (1998, p.35) afirma:

O tutor aparece então como um encorajador das ideias do aluno guiando-o ao longo do seu estudo, fornecendo-lhe indicações adicionais aos materiais de estudo, nomeadamente fornecendo-lhe bibliografia complementar ou específica relativa aos seus interesses particulares (1998, p. 35).

Para realizar este trabalho, o tutor deve assumir competências, como: entender a natureza do ensino à distância para adaptar metodologias a esta modalidade; organizar os recursos didáticos da EAD; aprender a utilizar as novas tecnologias; saber orientar alunos à distância, dentre outras.

Já o coordenador de disciplina é o responsável pela produção do material didático de uma determinada disciplina do curso, como também fiscaliza as aulas e treina tutores.

A equipe técnica são as pessoas que deverão assegurar o bom funcionamento dos recursos tecnológicos do curso. Deverá também acompanhar os alunos nas aulas em laboratório. A equipe técnica garante o sucesso do programa do ensino à distância.

2.2.3 Avaliação dos Alunos no Ensino à Distância

É muito importante saber a opinião dos alunos em relação ao Ensino à Distância, pois são eles que podem apontar a realidade do funcionamento do curso, não só pela opinião, mas pelos resultados apresentados por eles, através dos resultados das suas atividades e avaliações realizadas durante o curso.

A avaliação no ensino à distância, segundo Guedes (2007,p.16), “segue uma filosofia embasada pelas perspectivas construtiva e sociointerativa”. Construtiva pelo

fato do aluno construir os seus conhecimentos, sua forma de expressão. Um exemplo dessa construção é o fato de que cada aluno deverá construir durante o curso um portfólio individual ou em grupo.

As atividades chamadas de *portfólio* têm a utilidade de fazer com que o aluno possa registrar suas atividades, onde ele construirá a aprendizagem. E, portanto, são as suas atividades que servirão de base para o professor avaliar o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno durante o curso.

Sobre essa forma de avaliação, Guedes (2007, p.16) afirma que:

A avaliação dos portfólios será realizada segundo uma escala alfabética que corresponderá a um critério específico referente à construção intelectual do aluno. Tal procedimento será disponibilizado para os professores logo no início do curso.

Assim, pode-se entender que há uma dinâmica na confecção dos trabalhos realizados pelos alunos, havendo então, uma sequência para a realização das avaliações. Isso leva a uma compreensão de que está havendo obrigatoriamente uma sucessão de atividades, e estas, seguem um padrão que tem por objetivo conscientizar e desenvolver no aluno um nível de responsabilidade e compreensão através da realização desses exercícios. Com essa sequência é possível compreender que o aluno estará apto para realizar a avaliação. Isso dará a certeza aos tutores de que o aluno alcançou durante os exercícios realizados, um nível de qualidade para fazer a avaliação com aproveitamento satisfatório.

No curso à distância, a avaliação dos discentes também é feita de forma tradicional. Alves (1998, p.100) explica que “os esquemas clássicos apontam para a realização de provas presenciais a que os mesmos se submetem para poder ascender à certificação da sua formação”.

Ao realizar a avaliação de forma presencial, a instituição está obedecendo as normas da LDB, que deverá ser obedecida em todos os cursos, seja ele presencial ou à distância.

A atividade avaliativa demonstra preocupação com a qualidade do ensino, pois o mesmo passa pelo crivo avaliativo dos professores, fazendo com que através das provas seja feito um levantamento do aproveitamento do aluno, como também, da qualidade das provas aplicadas pelos professores, assim como, apontar esclarecimentos que terá o objetivo de comprovar o desenvolvimento e qualidade do

curso, como também, assegurar o bom funcionamento de ensino.

Como afirma os estudos sobre avaliação do ensino da UNESCO:

A avaliação deveria constituir um dos componentes, de modo a prover informação relevante para a adequação das atribuições e da operacionalização de outros componentes do sistema, a fim de assegurar a excelência de sua contribuição e de seu desenvolvimento (1999, p. 684).

Portanto, a avaliação no curso à distância ocorrerá ao longo do processo de formação, atendendo à legislação pertinente que enfatiza a avaliação processual e exige a avaliação presencial nos cursos à distância.

2.2.4 Vantagens e Desvantagens do Ensino à Distância

É intensa a discussão entre as vantagens e desvantagens do ensino à distância, sendo esta uma forma alternativa ou complementar dos métodos de ensino, capaz de atender e suprir diversas necessidades, principalmente quanto ao acesso das pessoas que são impossibilitadas, por diversos motivos, de cursar atividades educacionais na categoria tradicional - modalidade presencial.

É notória que a participação do ensino à distância tem se tornado em todo o mundo uma maneira muito importante para a promoção de oportunidades para muitas pessoas, devido à facilidade que dispõe de romper barreiras como: distância, o difícil acesso e a falta de tempo que vivencia o povo atualmente, por serem muito ocupados.

O ensino à distância permite às pessoas muito ocupadas, que dispõem de pouco tempo livre, que faça o seu horário de acordo com as suas necessidades . O aluno poderá fazer a escolha do curso, adequando seus horários disponíveis para que ele tenha a possibilidade de participar das aulas presenciais.

Outro detalhe que chama a atenção para os benefícios da Educação à Distância, diz respeito aos riscos que as pessoas se expõem à violência ao sair na rua, principalmente o trabalhador que necessita de estudar à noite nos grandes centros urbanos, que passam por sérios riscos, onde às vezes deixam de participar de formações e cursos importantes por estarem muito expostos à violência das grandes cidades.

Também atende grandes contingentes de alunos, sem risco de comprometer

a qualidade do ensino pelo número de alunos atendidos, pois a modalidade de ensino exige maior comprometimento, disciplina e vontade de aprender por parte do aluno.

É por isso que esta modalidade exige autonomia para estudar e concluir o curso. Mas é possível entender que essa atividade é necessária, principalmente para o Brasil, país que está em crescimento e que a educação apresenta muitos impasses para o aluno, que nesse caso, terá a oportunidade de desenvolver sua autonomia e participar efetivamente de mais cursos com uma qualidade melhor se tiver interesse e interatividade.

De acordo com Levy (1999, p.79) o termo interatividade ressalta, em geral, “a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação” e completa ainda que um receptor de informação nunca é passivo, a menos que esteja morto. Levy (1999) explica ainda que: “mesmo sentado na frente de uma televisão sem controle remoto, o destinatário decodifica, interpreta, participa, mobiliza seu sistema nervoso de muitas maneiras, e sempre de forma diferente de seu vizinho”.

Belloni (1999, p.58) esclarece a diferença entre interação e interatividade, considerando que a interação é uma ação recíproca entre dois ou mais atores, onde ocorre intersubjetividade, isto é, encontro de sujeitos, que pode ser direta ou indireta, ou seja, mediatizada. Enquanto que a Interatividade pode significar a potencialidade técnica oferecida por determinado meio, incluindo CD-ROMs de consulta, hipertextos em geral, ou a atividade humana do usuário, de agir sobre a máquina e de receber, em troca, uma “retroação” da máquina sobre ele.

Portanto, o que se pode entender é que esse tipo de estudo/ensino, deve levar em consideração que o programa estipulado entre os participantes proporcione uma integração, e que proporcione um estudo de qualidade.

Outro fator de destaque é a metodologia da educação à distância, que possui qualidade social importantíssima, permitindo o acesso ao sistema, para os alunos que não possuem outra maneira de estudar, sendo excluídos do processo educacional público, por vários motivos, incluindo a questão relacionada às grandes distâncias, obrigando a um deslocamento quase impossível, ou ainda, por indisponibilidade de tempo para os horários tradicionais de aula, uma vez que a educação à distância contribui para a formação de profissionais sem a necessidade do deslocamento.

Essa modalidade de estudo proporciona flexibilidades e possibilita ao aluno

estudar no local e horário que melhor lhe convir. Não tendo que frequentar aulas com horário e local determinado pela instituição de ensino, ele poderá decidir seu próprio ritmo de estudo com autonomia.

Para Nascimento (2010, p.17)

As aulas expositivas que apelam exclusivamente para a memorização não são as únicas alternativas para ensinar Física, nem são as melhores. É necessário realizar uma reflexão para decidir o quanto ensinar de Física, como ordenar os assuntos tratados, de que maneira utilizar as atividades práticas e como proceder a uma avaliação justa e rigorosa do que foi aprendido.

Observa-se que as aulas expositivas com apelo direcionado para a memorização não são consideradas as melhores nem as únicas alternativas para o ensino da Física. Nesse caso, é preciso haver reflexões em busca de melhorar esse problema. E no caso das aulas à distância é preciso mais cuidado, pois os alunos devem estar mais atentos, já que não existe a presença do professor, isso obriga o aluno a ter maiores responsabilidades consigo mesmo.

O autor chama a atenção para a questão da responsabilidade com as atividades para que no momento da prova ele possa obter melhores resultados. Esse autocontrole estabelece uma harmonia e continuidade na estrutura do conhecimento científico. Se o ensino nos diversos níveis for bem conduzido, esta estrutura que começa a ser construída no ensino fundamental pode simplesmente se desenvolver, enriquecer, além de ser um excelente complemento para o ensino médio e superior.

A prática docente ao longo dos diversos níveis de ensino permite reconhecer a continuidade de conhecimentos em Física e, por extensão, nas restantes disciplinas com as quais deveria existir uma integração harmoniosa, principalmente no ensino à distância.

Por isso, é preciso ter cuidado, pois a mesma flexibilidade considerada vantagem, pode transformar-se em desvantagem para o estudante que não tem o hábito de estudo independente, cujo fiscal é a própria pessoa. O estudo à distância requer disciplina e motivação para que a modalidade tenha êxito pessoal. Isso é um fator fundamental para o bom desempenho do aluno e serve de auxílio para vencer as barreiras e obter sucesso.

Neste contexto, entra a participação de professores, tutores especializados

para atenderem necessidades específicas, planejadores e administradores que utilizam técnicas de motivação desenvolvidas por psicólogos e educadores visando minimizar as dificuldades mais comuns apresentadas pelos cursistas. Isso facilitará o bom desempenho dos alunos, porque a população cresce aceleradamente no Brasil, e o acesso à educação presencial fica mais difícil, então é necessária formação de nova cultura na sociedade que facilite as exigências para a formação.

O objetivo do ensino à distância é contribuir com a melhoria dos aspectos negativos que afastam os alunos da escola tradicional. Desse modo a modalidade à distância, do ensino básico às universidades, formações continuadas de profissionais, cursos diversos, palestras, veio para ampliar a qualificação das pessoas e teve o apoio das novas tecnologias da informação e telecomunicações.

Santos (2000) que descreve sobre as vantagens do ensino à distância, destaca os seguintes pontos:

- Alarga a oferta de programas adequados às necessidades atuais;
- Dá origem a métodos e formatos de trabalho mais aberto, que envolvem a partilha de experiências;
- Permite a formação de um grande número de formando a baixo custo;
- Permite compatibilizar melhor a aprendizagem com uma atividade profissional e com a vida familiar;
- Possibilita realizar cursos não existentes na área da residência;
- Utilização das tecnologias de informação e comunicação que permitem trabalhar com grande quantidade de informação e com rapidez;
- Permite obter economia significativa de tempo e deslocamento.

Consequentemente percebe-se que o ensino à distância possibilita ao educando escolher sua forma de aprendizagem, deixando-o livre para adaptá-la ao seu estilo, reduzindo o tempo gasto com outros detalhes relacionados ao deslocamento, além de a formação do aluno desta categoria de ensino se tornar mais barata para a instituição e para ele próprio, pois não gasta dinheiro com condução.

Quanto às desvantagens podemos inferir que o aluno da educação à distância deve ter compromisso, responsabilidade e autodisciplina, pois se faz necessário a sua organização individual de tempo destinado ao estudo e a

realização das atividades propostas. A socialização do aluno com um grupo e com os professores é impraticável, visto que não há estabelecimento da relação e ajuda mútua.

Outra desvantagem é o acesso à internet, nem todos os alunos têm domínio e muitas vezes não está disponível numa certa localidade, o que dificulta um pouco a comunicação do mesmo com o curso e a equipe.

Sobre a aceitação no mercado de trabalho, os cursos à distância ainda passam por certas dificuldades pelo fato de que desde o seu surgimento, o ensino à distância é visto como um ensino de segunda qualidade, sem muita credibilidade. Mas essa realidade está sendo transformada aos poucos a partir da entrada dos egressos desses cursos no mercado de trabalho.

2.2.5 Universidade Aberta do Piauí

Durante muito tempo procurou-se formar pessoas num curto intervalo de tempo e com uma educação superior de qualidade, no intuito de atender à grande necessidade de formação profissional no país.

Para Bastos (1991, p.11):

A lei 5.540/68, em suas propostas de renovação do ensino superior brasileiro, incluiu, nos seus Artigos 18 e 23, a possibilidade de se explorar alternativas para o 3º grau, prevendo a criação de cursos mais práticos, menos longos, flexível e intensivo, voltados para as necessidades da comunidade. Antecipa-se a este princípio legal o Parecer nº 2.091/67, do Conselho Federal de Educação, sugerindo que se estabeleça a “ideia” e a estrutura do sistema educacional e a sua correlação adequada com o sistema social (1991, p.11).

Posteriormente, a UAB (Universidade Aberta do Brasil) é a provada a partir do decreto nº. 5.800, de 08 de julho de 2006, o qual permitiu o desenvolvimento da educação à distância no país com a oferta de graduação nesta modalidade de ensino, podendo participar deste programa educacional instituições federais, estaduais, municipais e particulares. O objetivo do decreto era o de incentivar cursos de licenciatura e graduações à distância, visando o aperfeiçoamento da qualidade do ensino do país.

Com a aprovação do MEC, a formação a distância em todo o Brasil tornou-se uma realidade totalmente alcançável a partir de 2007, crescendo a oferta desta

modalidade de ensino em diversas instituições do país.

Na perspectiva de oferecer um Ensino Superior de qualidade no Estado e de garantir o acesso a este ensino para as pessoas do interior do estado, o governo do Estado do Piauí em parceria com Universidade Federal do Piauí, Universidade Estadual do Piauí e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí formaram um consórcio para a criação da UAPI (Universidade Aberta do Piauí), levando cursos de licenciatura e graduação na modalidade à Distância para diversos municípios, tais como: Água Branca, Alegrete do Piauí, Buriti dos Lopes, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Elesbão Veloso, Esperatina, Floriano, Gilbués, Inhumas, Piracuruca, São João do Piauí, Simões, Simplício Mendes e Uruçuí.

Este consórcio de formação da Universidade Aberta do Piauí tem como objetivo, contribuir para a interiorização do ensino público gratuito e de boa qualidade, atendendo às necessidades do município e das pessoas que moram no interior do estado que, por algum motivo, não podem se deslocar para outros centros.

“O Estado do Piauí foi muito beneficiado com a implantação desta modalidade de ensino, sendo contemplado com 15 novos pólos, os quais iniciaram as atividades acadêmicas a partir do mês de agosto de 2007. Com a Universidade Aberta o governo garante a formação profissional em todo o Estado, ofertando os seguintes cursos: Física, Administração, Química, Sistemas de Informação, Matemática, Pedagogia, Biologia e Filosofia, de acordo com a necessidade de cada polo, município e/ou região.” (REVISTA INTERAÇÃO, 2007, p.20).

A UAPI começou a se expandir no ano de 2007, ano que teve o primeiro processo seletivo, que foi realizado no segundo semestre do mesmo ano. Neste processo seletivo foram disponibilizadas 2.500 vagas, distribuídas igualmente nas 13 cidades-polo, com 15.000 candidatos inscritos. Os conteúdos abordados no processo seletivo foram conteúdos das disciplinas ofertadas no ensino médio, tendo ao todo 65 questões e a redação.

A matrícula curricular do aluno aprovado é realizada na coordenação do curso, de acordo com a data do calendário acadêmico da Instituição para a modalidade a Distância. Cada município disponibiliza um espaço físico de apoio presencial. Este espaço físico é conhecido como pólo que conta com uma estrutura física que atende a todas as necessidades do curso nesta modalidade de ensino.

Além disso, cada pólo deverá contar com a seguinte estrutura: laboratório de

informática, sala de estudos, sala para a coordenação e biblioteca. Tudo de qualidade e equipado para a manutenção dos cursos.

“Os pólos de Apoio Presencial no Piauí têm que atender a diversos requisitos, comprovando ter uma estrutura mínima para funcionamento como, laboratórios, bibliotecas e recursos tecnológicos; cumprimento de prazos para instalação e funcionamento dos mesmos; descrição de recursos humanos necessários para adequado funcionamento que inclui tutores presenciais, equipe técnica e administrativa (para apoio e manutenção do pólo); demonstrativo de sustentabilidade financeira e orçamentária; lista com cursos superiores pretendidos para a localidade” (REVISTA INTERAÇÃO, 2007, p.10).

Percebe-se que a intencionalidade dos pólos de apoio presencial é atender aos diversos requisitos e, para isso, é preciso dispor de uma estrutura mínima para atender às necessidades básicas que propiciam o funcionamento dos cursos, dispondo de aparatos tecnológicos e de apoio didático, e com o estabelecimento de prazos para o funcionamento com qualidade.

Cada pólo deve contar com a sua equipe de apoio, composta por um coordenador para cada polo e também, um coordenador para cada curso e tutores qualificados, para atendimentos presenciais e à distância.

O coordenador é responsável por toda a parte de administração, organização e funcionamento. Cada polo possui dois tutores presenciais e um ou dois tutores à distância para cada 20 alunos dos cursos oferecidos.

Os tutores dos pólos (presencial) são pessoas com formação na área. Estes recebem uma bolsa do governo Federal durante dois anos, assim como os tutores à distância. Para isso, ambos precisam ter noções de informática e compreender o mundo da EAD.

A seleção dos tutores é feita pela UAPI, onde são analisados o Currículo Lattes, formação superior do candidato, a especialização, experiência mínima de um ano no magistério, a naturalidade, como também uma proposta de planejamento para ser tutor presencial ou à distância. A seleção dos tutores é feita pela Coordenação do Curso, como disposto na resolução/ FNDE/ CD /nº044, de 29 de dezembro de 2006.

O tutor presencial é aquele que vai estar mais próximo dos alunos e vai desempenhar diversos papéis dentro da educação à Distância. Segundo as disposições do edital da UAPI de 2015 – CEAD/UFPI, para seleção de tutores, são

atribuições dos tutores presenciais - UAPI (Edital UAPI, nº 30/2015):

- Postagem das atividades realizadas no pólo, atualizar os alunos do calendário do módulo, da disciplina;
- Orientar os alunos quanto ao uso da plataforma moodle, visando capacitá-los para o envio de atividades pedagógicas;
- Orientar os estudantes nas atividades de laboratório de física, acompanhar as atividades na plataforma (junto com tutores à distância);
- Fomentar atividades culturais, interdisciplinares, videoconferências, grupos de discussão presenciais e avaliações programadas pela coordenação do curso;
- Interagir com os tutores a distância, principalmente visando troca de experiências ou resolução de algum problema pedagógico na referida turma;
- Propor grupos de estudos, encontros para discussão de temáticas do módulo;
- Aplicação de avaliação sempre que o tutor a distância – por motivo maior – esteja ausente da data estipulada para realização da prova.
- Participar dos fóruns de discussão fazendo inclusive intervenções, principalmente quando da ausência de resposta do tutor às perguntas dos estudantes;
- Informar a coordenação do curso sobre eventuais mudanças no calendário;
- Elaborar planejamento de trabalho para as atividades pedagógicas de cada disciplina.

De acordo com o Edital (UAPI, nº. 023/2009) cabe aos tutores à distância, que são aqueles que executam seus trabalhos na sede da UAPI, em Teresina, as seguintes atribuições:

- Conhecer e interagir com os alunos de sua turma (grupo);
- Postar e acompanhar as atividades nas ferramentas síncronas (em tempo real), como Chat, videoconferência, teleconferência; assíncronas (fora do tempo real), como fóruns, lista de discussão, Wikis e outros;
- Promover a interatividade na plataforma, promovendo para isso encontros individuais e coletivos nas diversas ferramentas do ambiente virtual de aprendizagem;

- Visitar os polos, principalmente nos períodos de aplicação das provas;
- Participar eventualmente de encontros presenciais (aulas, grupos de discussão, seminários);
- Acompanhar, intervir e corrigir atividades da disciplina;
- Corrigir as atividades e prestar informações aos alunos sobre os resultados à contento;
- Colocar notas na plataforma, demonstrando todas as atividades, visando apresentar resultado e pendências dos alunos no módulo;
- Disponibilizar as provas com os devidos gabaritos após a sua devida aplicação;
- Usar as planilhas disponibilizadas pela secretaria do curso para registro de notas, atividades da disciplina;
- Participar das reuniões de coordenação, bem como interagir com os professores das disciplinas presencialmente e virtualmente, principalmente usando as ferramentas da plataforma;
- Apresenta relatório de viagens encaminhando para a coordenação do curso e coordenação financeira, demonstrativo de atividades pedagógicas quando dos encontros presenciais;
- Fornecer feedback ao professor da disciplina e coordenador do curso, sobre a qualidade e efetividade do material didático utilizado;
- Fornecer feedback ao professor da disciplina e coordenador do curso, sobre as dificuldades que os alunos estão tendo no curso ou na utilização do material;
- Apresentar relatório de cada disciplina a coordenação do curso;
- Elaborar e emitir relatório sobre o desempenho acadêmico dos estudantes;
- Elaborar planejamento de trabalho para as atividades pedagógicas de cada disciplina;
- Propiciar a compreensão do conteúdo didático, por meio de atividades colaborativas.

Portanto, trata-se de um espaço onde tutor Presencial ou à Distância exerce sua função e contribui de forma significativa na formação à distância.

Os recursos educacionais do curso estão disponibilizados na plataforma

(MOODLE). O material do curso é produzido pelos professores conteudistas responsáveis pela elaboração do material da disciplina. Este material é distribuído para os alunos da graduação através da plataforma, das videoconferências ou impresso. O professor também fica a disposição de alunos e/ ou tutores em caso de possíveis dúvidas, exercendo a função de coordenador da disciplina.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) foi planejado para atender às necessidades de comunicação e para que os professores disponibilizem os conteúdos de forma *online* para os alunos. Nele, cada aluno pode ter acesso de forma independente. No Ambiente Virtual de Educação estão cadastrados: estudante, professor conteudista, tutores presencial e a distância, coordenador e o administrador. Este ambiente conta com a seguinte estrutura: página inicial, curso, meu espaço, dados cadastrais, agenda, contatos, biblioteca pessoal, blocos de notas, mural, conteúdo, biblioteca, professor, tutor, fórum e Chat.

Durante o processo de formação superior à Distância, os alunos terão momentos de estudos através de leituras individuais ou em grupos, participará das videoconferências e das atividades do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Além disso ocorrerá encontros presenciais onde os discentes podem explicar suas opiniões e acompanhar orientações a cerca da disciplina.

Também serão realizadas aulas presenciais que deverão ocorrer nas cidades-pólo, assim como ocorre no ensino regular. Os momentos presenciais têm duração de quatro horas e ocorrem cerca de duas vezes ao mês, sendo sempre estabelecidos pelo professor da disciplina do curso, estando este disposto no cronograma de cada disciplina. Esses encontros têm por objetivo fazer uma maior socialização da turma, além de servir para os alunos desenvolverem outras atividades como: seminários, trabalhos, provas e outros. O processo de avaliação educacional nesta modalidade de ensino é realizado de três formas: Avaliação Institucional, Avaliação do Curso (licenciatura ou Graduação)/EAD e Avaliação da Aprendizagem.

Acredita-se que estes ambientes possam proporcionar uma nova visão ao professor sobre o ato de ensinar e aprender, pois ele deve organizar novas situações de aprendizagens. Outro fator que é preciso ter cuidado está relacionado a estas novas situações que podem até causar uma crise de paradigma aos docentes, que às vezes ficam paralisados sem saber como iniciar, o que fazer, qual ferramenta usar, como agir ou se relacionar com um aluno que pouco vê, dentre muitos outros

questionamentos, exigindo uma reflexão aprofundada acerca da resignificação da sua prática pedagógica e da nova situação a que estão expostos.

Vale ressaltar que é crucial que o docente esteja preparado para reflexões a cerca dos seus conhecimentos, visto que isso possibilita ao aluno um ensino de qualidade, além de estimulá-lo a encontrar respostas para seus questionamentos.

2.2.6 O Curso de Física à Distância da UAPI

Existe hoje, no Piauí, uma enorme carência de profissionais qualificados para atuarem na área de Física, e isso se deve à falta de democratização e expansão do conhecimento na área. Como consequência, falta no mercado professores de física para atuarem no ensino médio e nas séries finais do Ensino Fundamental. Esta carência motivou a Universidade Federal do Piauí em aplicar a modalidade EAD para esta área.

A metodologia da educação à distância, possui uma relevância social muito importante pois permite o acesso ao sistema àqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público, por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo ou horários tradicionais de aula, uma vez que a educação à distância contribui para a formação de profissionais sem deslocar de seus municípios.

De acordo com Alves (1998, p.13) sobre a Educação à Distância:

A educação a distância será útil no aperfeiçoamento dos docentes de mais de 220 mil escolas existentes no Brasil, onde estudam 35 milhões de jovens e adultos. Também será válido para a educação continuada, tão necessária para o aperfeiçoamento de pessoal, além de uma série de outras aplicações, inclusive para a terceira idade e minorias.

Hoje o ensino superior à distância já é desenvolvido em várias instituições que oferecem diversos cursos de graduações e licenciaturas. O sistema EAD funciona a partir da parceria com outras instituições públicas de ensino superior, que mantêm os polos de apoio da UAB funcionando em todo o país. Para ingressar na graduação gratuita, é preciso ser aprovado no processo seletivo. Hoje o curso de Física da UAB pode ser encontrado em várias universidades dentre elas: Instituto Federal do Pará- IFPA, Universidade Estadual do Ceará - UECE, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Universidade Federal do Alagoas - UFAL,

Universidade Federal do Ceará - UFC, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Universidade Federal do Maranhão - UFMA e Universidade Federal do Piauí - UFPI.

O curso de Física na modalidade à distância da UAPI (Universidade Aberta do Piauí) foi criado para atender as necessidades da população do Estado, em relação ao ensino superior público, gratuito, de qualidade para uma boa formação profissional com os objetivos gerais baseados em três postulados básicos: qualificar, proporcionar e possibilitar.

Assim, de acordo com a Proposta Pedagógica do curso de Física à Distância (2007), são objetivos gerais: A formação de professores de Física para a educação básica, com ênfase na formação de profissionais para atuarem no Ensino Médio, observando como princípios norteadores do curso: a competência como concepção nuclear na orientação do curso; a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor; e a pesquisa, focada nos processos de ensino e de aprendizagem.

No Piauí, o Curso de Licenciatura Plena em Física pela UAPI já é oferecido nas cidades de Água Branca, Piracuruca, São João e Campo Maior. O curso tem duração de 5 anos, sendo que cada um deles é composto por dois módulos no qual são visto cerca de cinco disciplinas. A carga horária de cada disciplina está de acordo com Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura em Física.

A organização curricular do Curso, neste sentido, estrutura-se nos espaços curriculares seguintes: Os Conhecimentos Básicos de Física que são compostos pelas disciplinas de caráter específico de Física, teóricas e experimentais, tais como Fundamentos de Mecânica, Oscilações, Fluidos, Eletromagnetismo, Teoria da Relatividade e Teoria Quântica. Esses conhecimentos constituem uma base comum de formação do licenciado e do bacharel em Física;

Conhecimentos Básicos: Fazem parte dos Conhecimentos Básicos de Educação as disciplinas de caráter específico de formação pedagógica comum a todos os Cursos de Formação de Professores da Educação Básica da UFPI, exceto a disciplina de Metodologia do Ensino Específico que faz parte dos conhecimentos metodológicos;

Conhecimentos Complementares e/ou Interdisciplinares de Física e de Educação: Articulando estes conhecimentos, organiza-se o espaço curricular dos

conhecimentos complementares, composto por disciplinas, tais como: Física Moderna II, Mecânica Clássica I, Evolução Histórica da Física, Educação à Distância, Química Geral e Inorgânica, além das disciplinas optativas, que enriquecerão a formação do aluno;

Conhecimentos Metodológicos: encontram-se as disciplinas que, por estabelecerem uma articulação entre os conhecimentos específicos de Física e de Educação, conferirão ao aluno as competências e habilidades para o exercício de suas futuras atividades docentes, junto a escolas de Ensino Médio e de Ensino Fundamental. No contexto da proposta, essas disciplinas podem ser consideradas como uma das soluções para diminuir o distanciamento entre o conhecimento específico e o escolar. Esse conjunto é formado pelas disciplinas Informática no Ensino de Física, Instrumentação para o Ensino de Física, Metodologia de Ensino de Física e pelo Trabalho de Conclusão de Curso;

Estágio Curricular: Em obediência à Legislação, e distribuído na segunda metade do curso, tem-se o espaço curricular do Estágio Curricular. Iniciando pela observação de aspectos de gestão e organização da escola e de aspectos didáticos inerentes ao exercício da profissão, evolui para o auxílio em atividades didáticas e culmina com a regência assistida em algumas turmas. A carga horária total será de 405 horas;

Atividades Complementares: Estas atividades são compostas pelas Atividades Acadêmico – Científico – Culturais, que são estudos e atividades de natureza diversas que não fazem parte da oferta acadêmica do curso e que são computados, para fins de integralização curricular. Essas atividades visam a complementação da formação profissional do licenciado para o exercício de uma cidadania responsável, totalizando no mínimo 210 horas.

Finalmente, o Curso de Física – EAD – UAPI, tendo por base o seu Fluxograma onde as disciplinas são compostas de suas respectivas cargas horárias, distribuídas de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Física a Distância (2007), é composto de cinco anos perfazendo um total de quarenta e sete disciplinas.

A duração do curso de Licenciatura Plena em Física na modalidade à distância será de no mínimo quatro anos e no máximo oito anos, e a matrícula curricular será feita em bloco obedecendo a Resolução do CEPEX Nº 83/07 e, observando a sistemática adotada em Educação a Distância.

As diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Física, através das Resoluções (CNE/CES 1.304/2001 e CNE/CP 2/2002), definiram as cargas horárias mínimas para integralização curricular dos cursos de Física. No caso específico dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, a carga horária mínima é de 2800 horas. O currículo do Curso de Licenciatura Plena em Física da UFPI, tem carga horária total de 3.120 horas distribuídas em oito módulos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o desenvolvimento e o uso de cursos de graduação à distância ainda estão em fase de desenvolvimento. Mas, pelo crescente número de Universidades que estão sendo credenciadas pelo MEC para promover o ensino à distância e pelas iniciativas de criação de universidades virtuais, através dos vários consórcios de universidades que estão se formando, vê-se que essas instituições estão atentas para a utilização de recursos que possam ajudar efetivamente na democratização do ensino.

O presente trabalho discutiu os desafios e perspectivas apresentados pelo curso de Licenciatura em Física na modalidade à distância pelas universidades piauienses. Através desta pesquisa detectaram-se alguns problemas a serem sanados e superados por esse novo modelo de educação, uma vez que, o fator cultural é o item que mais “pesa” na hora de disseminar esse novo projeto de educação, pois alguns obstáculos afetam as instituições, entre eles pode-se citar: evasão dos educandos; desafios organizacionais de uma instituição presencial que passa a oferecer EAD. Apesar de oferecer poucos polos com o curso de Licenciatura em Física na modalidade à distância, o Piauí já apresenta uma evolução significativa, uma vez que mantém a sobrevivência do curso há mais de cinco anos. De acordo com a revista Interação 8ª Edição, no ano de 2013 o curso apresentava cerca de 85 alunos formados no curso à distância de Licenciatura em Física pelos polos da UAPI de São João do Piauí, Água Branca e Piracuruca.

Conclui-se, portanto, que numa época em que a geração é classificada como “geração tecnológica” o Ensino à distância deve ser uma modalidade privilegiada, uma vez que o seu sentido está ligado à flexibilidade da vida social e sua diversidade, devendo-se promover mais incentivos e discussões na sociedade e no processo de ensino-aprendizagem. O curso de Licenciatura em Física à distância pela UAPI representa, hoje, oportunidade e democratização, uma vez que a formação de novos professores significa expansão do conhecimento e assim como qualquer outra modalidade de ensino requer comprometimento e esforço entre os envolvidos na relação ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALVES, João Roberto Moreira. **Sistema de Educação a Distância**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1998.

ALVES, João Roberto Moreira. **Recursos Humanos para a Educação a Distância**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1998.

ALVES, João Roberto Moreira. **Materiais Didáticos para a Educação a Distância**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação, 1998.

ANDRADE, A.C. Educação à Distância: uma breve história. In: **Revista Interativa**. Piauí: Universidade Aberta do Piauí, 2007. Disponível em: <http://www.revistaead.ufpi.br/artigoCompleto.php?id=1>. Acesso em: 19/06/2015.

BASTOS, João Augusto de Souza Leão. **Curso Superior de Tecnologia: avaliação e perspectivas de um modelo de educação técnico profissional**. Brasília. SENETE, 1991.

BELLONI, Maria Luíza. **Educação a Distância**. São Paulo. Autores Associados, 1999.

BELLONI, Maria Luíza. **O que é Mídia-educação**. Campinas-SP. Autores Associados, 2001.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Brasília, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Edital n. 1, de 20 de dezembro de 2005. *Chamada pública para seleção de pólos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de instituições federais de ensino superior na modalidade de educação a distância para o “Sistema Universidade Aberta do Brasil – UaB”*. Brasília, Diário Oficial da união, n. 234, seção 3: 39- 41.

COSTA, Maria Luisa Furlan. **História e políticas públicas para o ensino superior a distância no Brasil: O programa Universidade Aberta do Brasil em questão**. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas- SP, nº 45. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/45/art18_45.pdf >. Acesso em

16 agosto 2015.

FARIAS, Isabel Maria Sabino De. **A Ação Docente Pelos Caminhos Da História Do Telensino No Ceará**. EDUCAÇÃO EM DEBATE - Fortaleza : v.20 n.36 jul./dez.1998. p.67-81.

GIROUX, Henry; SIMON, Roger. **Cultura popular e pedagogia crítica**: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomas Tadeu da (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GOUVEIA, M. S. F. (1992). **Cursos de ciências para professores de 1º grau**: elementos para uma política de formação continuada. Campinas, 1992. Tese (Doutorado em Educação – Metodologia de Ensino) - Universidade Estadual de Campinas.

GUEDES, Gildásio. **Introdução à Educação a Distância**. Teresina: EDUFPI, 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MENEZES, Luis Carlos. **Uma Física para o novo ensino médio**. Física na Escola, v. 1, n. 1 2000.

MORAN, J.M. **O que é Educação à distância**. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Acesso em: 16. agosto.2015.

NASCIMENTO, Tiago Lessa do. **Repensando o Ensino da Física no Ensino Médio**. Fortaleza – CE: 2010.

NUNES, Ivônio Barros. EAD: definição, características e evolução histórica. **Revista Educação a Distância**, nrs. 4/5, Brasília: Instituto Nacional de Educação a Distância, Dez./93-Abr/94, p. 7 – 25.

PRADO, M. E. B. B.; VALENTE, J. A. A. **Educação à distância possibilitando a formação do professor com base no ciclo da prática pedagógica**. In: MORAES, M. C. *Educação à distância*: fundamentos e práticas. Campinas: Unicamp/NIED, 2002.

PRIMO, A. F. T. **Interação mediada por computador**: a comunicação e a educação a distância segundo uma perspectiva sistêmico-relacional. 2003. 292 f. Tese (doutorado em Informática da Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufrgs.br. Acesso em: 06.04.2015.

REVISTA INTERAÇÃO. **Ambiente virtual de aprendizagem**: comunicação, interação e afetividade na EAD. 2007.

REVISTA INTERAÇÃO. 8ª Edição. **Ambiente virtual de aprendizagem**: comunicação, interação e afetividade na EAD. 2013.

SANTOS, A. (2000). **Ensino à Distância & Tecnologias de Informação – e-learning**. Editora Lidel.

UNESCO. **Tendências de Educação Superior para o Século XXI**. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras: tradução de Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves. 2 ed. UNESCO/CRUB, 1999.

ANEXOS

DECRETO Nº 5.800, DE 8 DE JUNHO DE 2006

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos artigos 80 e 81 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, no Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001, na Lei nº 11.273, de 6 de Fevereiro de 2006, bem como no Decreto nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005, decreta:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação à distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superiores no País.

§ único. São objetivos do Sistema UAB:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior à distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação à distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

Art. 2º O Sistema UAB cumprirá suas finalidades e objetivos socioeducacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, mediante a oferta de cursos e programas de educação superior à distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com polos de apoio presencial.

§ 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se o polo de apoio presencial como unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior.

§ 2º Os polos de apoio presencial deverão dispor de infraestrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do Sistema UAB.

Art. 3º O Ministério da Educação firmará convênios com as instituições públicas de ensino superior, credenciadas nos termos do Decreto nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005, para o oferecimento de cursos e programas de educação superior à distância no Sistema UAB, observado o disposto no art. 5º.

Art. 4º O Ministério da Educação firmará acordos de cooperação técnica ou convênios com os entes federativos interessados em manter polos de apoio presencial do Sistema UAB, observado o disposto no art. 5º.

Art. 5º A articulação entre cursos e programas de educação superior à distância e os polos de apoio presencial será realizada mediante edital publicado pelo Ministério da Educação, que disporá sobre os requisitos, as condições de participação e os critérios de seleção para o Sistema UAB.

DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o art. 8, § 1º e o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, decreta:

- Capítulo I: Das Disposições Gerais

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação à distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempo diversos.

§ 1º A educação à distância organiza-se segundo metodologia, gestão e avaliação peculiares, para as quais deverá estar prevista a obrigatoriedade de momentos presenciais para:

- I – avaliações de estudantes;
- II – estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
- III – defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e
- IV – atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Art. 2º A educação à distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

- I – educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;
- II – educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996;
- III – educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;
- IV – educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:
 - a) técnicos, de nível médio; e
 - b) tecnológicos, de nível superior;
- V – educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:
 - a) sequenciais;
 - b) de graduação;
 - c) de especialização;
 - d) de mestrado; e
 - e) de doutorado.

Art. 3º A criação, organização, oferta e desenvolvimento de cursos e programas à distância deverão observar ao estabelecido na legislação e em regulamentações em vigor, para os respectivos níveis e modalidades da educação nacional.

§ 1º Os cursos e programas à distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.

§ 2º Os cursos e programas à distância poderão aceitar transferência e aproveitar estudos realizados pelos estudantes em cursos e programas presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas nos cursos e programas à distância poderão ser aceitas em outros cursos e programas à distância e em cursos e programas presenciais, conforme a legislação em vigor.

Art. 4º A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

- I - cumprimento das atividades programadas; e
- II - realização de exames presenciais.

§ 1º Os exames citados no inciso II serão elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.

§ 2º Os resultados dos exames citados no inciso II deverão prevalecer sobre os demais resultados obtidos em quaisquer outras formas de avaliação à distância.

Art. 5º Os diplomas e certificados de cursos e programas à distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

§ único. A emissão e registro de diplomas de cursos e programas à distância deverão ser realizados conforme legislação educacional pertinente.

- Capítulo II: Do Credenciamento de Instituições Para Oferta de Cursos e Programas na Modalidade à Distância

Art. 9º O ato de credenciamento para a oferta de cursos e programas na modalidade à distância destina-se às instituições de ensino, públicas ou privadas.

§ único. As instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, de comprovada excelência e de relevante produção em pesquisa, poderão solicitar credenciamento institucional, para a oferta de cursos ou programas à distância de:

- I - especialização;
- II - mestrado;
- III - doutorado; e
- IV - educação profissional tecnológica de pós-graduação.

Art. 11. Compete às autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos à distância no nível básico e, no âmbito da respectiva unidade da Federação, nas modalidades de:

- I - educação de jovens e adultos;
- II - educação especial; e
- III - educação profissional.

§ 1º Para atuar fora da unidade da Federação em que estiver sediada, a instituição deverá solicitar credenciamento junto ao Ministério da Educação.

§ 2º O credenciamento institucional previsto no § 1º será realizado em regime de colaboração e cooperação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino envolvidos.

§ 3º Caberá ao órgão responsável pela educação à distância no Ministério da Educação, no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação deste Decreto, coordenar os demais órgãos do Ministério e dos sistemas de ensino para editar as normas complementares a este Decreto, para a implementação do disposto nos §§ 1º e 2º.

Art. 13. Para os fins de que trata este Decreto, os projetos pedagógicos de cursos e programas na modalidade à distância deverão:

I - obedecer às diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação para os respectivos níveis e modalidades educacionais;

II - prever atendimento apropriado a estudantes portadores de necessidades especiais;

III - explicitar a concepção pedagógica dos cursos e programas a distância, com apresentação de:

- a) os respectivos currículos;
- b) o número de vagas proposto;

c) o sistema de avaliação do estudante, prevendo avaliações presenciais e avaliações à distância; e

d) descrição das atividades presenciais obrigatórias, tais como estágios curriculares, defesa presencial de trabalho de conclusão de curso e das atividades em laboratórios científicos, bem como o sistema de controle de frequência dos estudantes nessas atividades, quando for o caso.

Art. 15. Os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores à distância de instituições integrantes do sistema federal devem tramitar perante os órgãos próprios do Ministério da Educação.

§ 1º Os pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores à distância oferecidos por instituições integrantes dos sistemas estaduais devem tramitar perante os órgãos estaduais competentes, a quem caberá a respectiva supervisão.

§ 2º Os cursos das instituições integrantes dos sistemas estaduais cujas atividades presenciais obrigatórias forem realizados em polos de apoio presencial fora do Estado sujeitam-se a autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento pelas autoridades competentes do sistema federal.

§ 3º A oferta de curso reconhecido na modalidade presencial, ainda que análogo o curso à distância proposto, não dispensa a instituição do requerimento específico de autorização, quando for o caso, e reconhecimento para cada um dos cursos, perante às autoridades competente.

Art. 16. O sistema de avaliação da educação superior, nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, aplica-se integralmente à educação superior à distância.

- Capítulo III: Da Oferta de Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação Profissional na Modalidade à Distância, na Educação Básica.

Art. 18. Os cursos e programas de educação à distância criados, somente poderão ser implementados para oferta após autorização dos órgãos competentes dos respectivos sistemas de ensino.

Art. 19. A matrícula em cursos à distância para educação básica de jovens e adultos poderá ser feita independentemente de escolarização anterior, obedecida a idade mínima e mediante avaliação do educando, que permita sua inscrição na etapa adequada, conforme normas do respectivo sistema de ensino.

- Capítulo IV: Da Oferta de Cursos Superiores, na Modalidade à Distância.

Art. 20. As instituições que detêm prerrogativa de autonomia universitária credenciadas para oferta de educação superior à distância poderão criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, conforme disposto no inciso I do art. 53 da Lei no 9.394, de 1996.

§ 1º Os cursos ou programas criados conforme o **caput** somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição.

§ 2º Os atos mencionados no **caput** deverão ser comunicados à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

§ 3º O número de vagas ou sua alteração será fixado pela instituição detentora de prerrogativas de autonomia universitária, a qual deverá observar capacidade institucional, tecnológica e operacional próprias para oferecer cursos ou programas a distância.

Art. 21. Instituições credenciadas que não detêm prerrogativa de autonomia universitária deverão solicitar, junto ao órgão competente do respectivo sistema de ensino, autorização para abertura de oferta de cursos e programas de educação superior à distância.

§ 1º Nos atos de autorização de cursos superiores à distância, será definido o número de vagas a serem ofertadas, mediante processo de avaliação externa a ser realizada pelo Ministério da Educação.

§ 2º Os cursos ou programas das instituições citadas no **caput** que venham a acompanhar a solicitação de credenciamento para a oferta de educação à distância, nos termos do § 1º do art. 12, também deverão ser submetidos ao processo de autorização tratado neste artigo.

Art. 22. Os processos de reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos superiores à distância deverão ser solicitados conforme legislação educacional em vigor.

§ único. Nos atos citados no **caput**, deverão estar explicitados:

I - o prazo de reconhecimento; e

II - o número de vagas a serem ofertadas, em caso de instituição de ensino superior não detentora de autonomia universitária.

Art. 23. A criação e autorização de cursos de graduação à distância deverão ser submetidas, previamente, à manifestação do:

I - Conselho Nacional de Saúde, no caso dos cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia;

II - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, no caso dos cursos de Direito.

§ único. A manifestação dos conselhos citados nos incisos I e II, consideradas as especificidades da modalidade de educação à distância, terá procedimento análogo ao utilizado para os cursos ou programas presenciais nessas áreas, nos termos da legislação vigente.

- Capítulo V: Da Oferta de Cursos e Programas de Pós-Graduação à Distância.

Art. 24. A oferta de cursos de especialização à distância, por instituição devidamente credenciada, deverá cumprir, além do disposto neste Decreto, os demais dispositivos da legislação e normatização pertinentes à educação, em geral, quanto:

I - à titulação do corpo docente;

II - aos exames presenciais; e

III - à apresentação presencial de trabalho de conclusão de curso ou de monografia.

§ único. As instituições credenciadas que ofereçam cursos de especialização à distância deverão informar ao Ministério da Educação os dados referentes aos seus cursos, quando de sua criação.

Art. 25. Os cursos e programas de mestrado e doutorado à distância estarão sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação específica em vigor.

§ 1º Os atos de autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento citados no **caput** serão concedidos por prazo determinado conforme regulamentação.

§ 2º Caberá à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES editar as normas complementares a este Decreto, no âmbito da pós-graduação stricto sensu.

- Capítulo VI: Das Disposições Gerais.

Art. 26. As instituições credenciadas para oferta de cursos e programas à distância poderão estabelecer vínculos para fazê-lo em bases territoriais múltiplas, mediante a formação de consórcios, parcerias, celebração de convênios, acordos, contratos ou outros instrumentos similares, desde que observadas as seguintes condições:

I - comprovação, por meio de ato do Ministério da Educação, após avaliação de comissão de especialistas, de que as instituições vinculadas podem realizar as atividades específicas que lhes forem atribuídas no projeto de educação a distância;

II - comprovação de que o trabalho em parceria está devidamente previsto e explicitado no:

a) plano de desenvolvimento institucional;

b) plano de desenvolvimento escolar; ou

c) projeto pedagógico, quando for o caso, das instituições parceiras;

III - celebração do respectivo termo de compromisso, acordo ou convênio; e

IV - indicação das responsabilidades pela oferta dos cursos ou programas à distância, no que diz respeito a:

a) implantação de polos de educação a distância, quando for o caso;

b) seleção e capacitação dos professores e tutores;

c) matrícula, formação, acompanhamento e avaliação dos estudantes;

d) emissão e registro dos correspondentes diplomas ou certificados.

Art. 27. Os diplomas de cursos ou programas superiores de graduação e similares, à distância, emitidos por instituição estrangeira, inclusive os ofertados em convênios com instituições sediadas no Brasil, deverão ser submetidos para revalidação em universidade pública brasileira, conforme a legislação vigente.

§ 1º Para os fins de revalidação de diploma de curso ou programa de graduação, a universidade poderá exigir que o portador do diploma estrangeiro se submeta a complementação de estudos, provas ou exames destinados a suprir ou aferir conhecimentos, competências e habilidades na área de diplomação.

§ 2º Deverão ser respeitados os acordos internacionais de reciprocidade e equiparação de cursos.

Art. 28. Os diplomas de especialização, mestrado e doutorado realizados na modalidade à distância em instituições estrangeiras deverão ser submetidos para reconhecimento em universidade que possua curso ou programa reconhecido pela CAPES, em mesmo nível ou em nível superior e na mesma área ou equivalente, preferencialmente com a oferta correspondente em educação à distância.

Art. 29. A padronização de normas e procedimentos para credenciamento de instituições, autorização e reconhecimento de cursos ou programas à distância será efetivada em regime de colaboração coordenado pelo Ministério da Educação, no prazo de cento e oitenta dias, contados da data de publicação deste Decreto.

Art. 30. As instituições credenciadas para a oferta de educação à distância poderão solicitar autorização, junto aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, para oferecer os ensinos fundamental e médio a distância, conforme § 4º do art. 32 da Lei no 9.394, de 1996, exclusivamente para:

I - a complementação de aprendizagem; ou

II - em situações emergenciais.

§ único. A oferta de educação básica nos termos do **caput** contemplará a situação de cidadãos que:

- I - estejam impedidos, por motivo de saúde, de acompanhar ensino presencial;
- II - sejam portadores de necessidades especiais e requeiram serviços especializados de atendimento;
- III - se encontram no exterior, por qualquer motivo;
- IV - vivam em localidades que não contem com rede regular de atendimento escolar presencial;
- V - compulsoriamente sejam transferidos para regiões de difícil acesso, incluindo missões localizadas em regiões de fronteira; ou
- VI - estejam em situação de cárcere.

Art. 31. Os cursos à distância para a educação básica de jovens e adultos que foram autorizados excepcionalmente com duração inferior a dois anos no ensino fundamental e um ano e meio no ensino médio deverão inscrever seus alunos em exames de certificação, para fins de conclusão do respectivo nível de ensino.

§ 1º Os exames citados no **caput** serão realizados pelo órgão executivo do respectivo sistema de ensino ou por instituições por ele credenciadas.

§ 2º Poderão ser credenciadas para realizar os exames de que trata este artigo instituições que tenham competência reconhecida em avaliação de aprendizagem e não estejam sob sindicância ou respondendo a processo administrativo ou judicial, nem tenham, no mesmo período, estudantes inscritos nos exames de certificação citados no **caput**.

Art. 32. Nos termos do que dispõe o art. 81 da Lei no 9.394, de 1996, é permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais para oferta da modalidade de educação a distância.

§ único. O credenciamento institucional e a autorização de cursos ou programas de que trata o **caput** serão concedidos por prazo determinado.

Art. 33. As instituições credenciadas para a oferta de educação à distância deverão fazer constar, em todos os seus documentos institucionais, bem como nos materiais de divulgação, referência aos correspondentes atos de credenciamento, autorização e reconhecimento de seus cursos e programas.

§ 1º Os documentos a que se refere o **caput** também deverão conter informações a respeito das condições de avaliação, de certificação de estudos e de parceria com outras instituições.

§ 2º Comprovadas, mediante processo administrativo, deficiências ou irregularidades, o Poder Executivo sustará a tramitação de pleitos de interesse da instituição no respectivo sistema de ensino, podendo ainda aplicar, em ato próprio, as sanções previstas no art. 17, bem como na legislação específica em vigor.

Art. 34. As instituições credenciadas para ministrar cursos e programas à distância, autorizados em datas anteriores à da publicação deste Decreto, terão até trezentos e sessenta dias corridos para se adequarem aos termos deste Decreto, a partir da data de sua publicação.

§ 1º As instituições de ensino superior credenciadas exclusivamente para a oferta de cursos de pós-graduação **lato sensu** deverão solicitar ao Ministério da Educação a revisão do ato de credenciamento, para adequação aos termos deste Decreto, estando submetidas aos procedimentos de supervisão do órgão responsável pela educação superior daquele Ministério.

§ 2º Ficam preservados os direitos dos estudantes de cursos ou programas à distância matriculados antes da data de publicação deste Decreto.

Art. 35. As instituições de ensino, cujos cursos e programas superiores tenham completado, na data de publicação deste Decreto, mais da metade do prazo concedido no ato de autorização, deverão solicitar, em no máximo cento e oitenta dias, o respectivo reconhecimento.